TL 1329-6

Álvaro de Matos/Raul Rasga(*)

TIMOR NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL(1939-1945)

INTRODUÇÃO

O que se pretende com esta comunicação é uma análise crítica aos resultados da investigação historiográfica sobre os acontecimentos ocorridos em Timor, entre 17 de Dezembro de 1941, data da invasão aliada, e Setembro de 1945, quando o Japão capitula e os australianos recebem a rendição das forças nipónicas que se encontravam na ilha. Outro objectivo prende-se com o apontar de algumas problemáticas cujo estudo aprofundado se encontra por fazer.

Deste modo, um primeiro ponto será dedicado ao enquadramento dos acontecimentos no contexto internacional da época, mais concretamente da guerra no Pacífico. Contexto que explica não só as invasões realizadas, como, mais tarde, a libertação da ex-colónia portuguesa, Timor. Contexto que explica igualmente o jogo diplomático efectuado pelos vários intervenientes: as ligações entre Portugal e os aliados, mediatizadas pelo Foreign Office; o papel dos Estados Unidos da América; as divergências dentro do próprio bloco aliado; as relações entre Portugal e o Japão.

Indissociável do enquadramento externo é a referência à situação interna de Timor durante o período em questão. Ou seja, a apresentação do estudo da estruturação e relacionamento da administração colonial portuguesa com os poderes locais e com as suas especificidades.

Procura-se, assim, uma melhor compreensão da globalidade de uma situação histórica recente, e, simultâneamente, contribuir para o enriquecimento da memória de Timor.

(*) Licenciados em História pela Faculdade Letras de Lisboa e mestrandos em História Contemporânea de Portugal.

1. A CONJUNTURA EXTERNA

O início da guerra no Pacífico mostra-se desfavorável para os aliados, que se vêm forçados a estabelecer na "barreira" Malaia a única linha de defesa antes do continente australiano.

Timor, que até aí tinha tido "uma existência sonolenta de colónia periférica"(1), passa a assumir importância estratégica como complemento dessa linha defensiva. Daí as pressões dos aliados no sentido de ocupar-se a ilha.

Pressões que se justificam também pelas cedências que Salazar fizera ao Japão, autorizando uma carreira aérea nipónica para Timor, "dificilmente justificável pelos interesses económicos na ilha ou pela escassa meia dúzia de japoneses aí estabelecidos"(2).

Salazar, pressionado, abandona a ambiguidade até aí demonstrada e "aceita a abertura de conversações sobre uma eventual defesa conjunta de Timor em caso de ataque, mas deixa bem claro que estas são com a Inglaterra e não com a Austrália ou a Holanda"(3), paradoxalmente, os países com forças na zona.

Com uma posição diferente, o Foreign Office reconhece o que Salazar não reconhecera ou não quisera reconhecer: uma ajuda feita em nome da aliança, mas com forças australianas e holandesas(4). Posteriormente, e sem conhecimento do Governo português, decidia-se que a intervenção militar em Timor tinha de preceder o ataque japonês. O Governador português, não a requerendo, devia concordar com ela, antes do desembarque se realizar. Londres cedia às pressões holandesas.

A agudização da ameaça nipónica sobre Timor leva o F.O. a ponderar a ocupação da ilha sem acordo e sem esquecer as implicações desta decisão nas ilhas atlânticas.

Lisboa, quando se apercebe da situação, e sem alternativa, entra no jogo diplomático protagonizado pelo F.O.

A atitude portuguesa é recebida em Londres como um sim para o início de conversações entre o Governador português e as autoridades militares locais, para se conseguir uma autorização final; autorização que podia ser dispensada se a autoridade local considerasse o perigo eminente. Mais uma vez

Lisboa desconhecia estas disposições.

Entretanto, Salazar informa o Governador Ferreira de Carvalho para não autorizar um desembarque senão em caso de ataque efectivo japonês.

Mas, a 17 de Dezembro de 1941, e a pretexto de se terem avistado submarinos japoneses na zona, concretiza-se a invasão aliada realizada por tropas australianas e holandesas. Ferreira de Carvalho limitou-se a protestar quando recebeu a delegação do Comando Aliado.

O F.O., comprometido também com a sua ambiguidade, quando toma conhecimento da operação procura atrasá-la, pois sabe que Salazar nunca dará autorização clara.

Entra-se, portanto, numa situação de crise, solucionada mais tarde porque, e segundo alguns autores, Salazar irá revelar, contrastando com a atitude anterior, **"uma habilidade táctica notável"**(5).

Ao tomar conhecimento da invasão e percebendo que tudo fora obra do F.O., a primeira reacção de Salazar, depois dos inevitáveis protestos, é apurar responsabilidades, **"numa táctica habilidosa que vai obrigar a Inglaterra a definir-se melhor e a entrar em contradições"**(6). Dá-se inclusivamente a entender um corte de relações entre os dois países. A partir daqui, canalizar-se-ão energias no sentido de substituir os ocupantes por contingentes nacionais, atitude que pretende justificar a posição perante o Japão. Salazar não se esquece que está também em causa o futuro posicionamento de Portugal.

O F.O. justifica o sucedido como uma necessidade de defesa que lamenta e opta por uma tentativa de aproximação, visando uma solução para a crise. Apoia, assim, a proposta da Holanda: retirada das forças aliadas quando o Governo português estabelecer a defesa adequada de Timor. Este apoio integra-se no necessário enquadramento global dado pelo F.O., tendo em conta sobretudo as consequências que o incidente poderia ter na questão das ilhas atlânticas. A Austrália, que entrara na invasão para evitar uma exclusividade holandesa, reage negativamente à proposta apresentada.

Entra-se, portanto, numa situação de impasse que se prolonga até 10 de Janeiro. Com efeito, só depois se chega a uma

acordo provisório que é o resultado da mudança de posição da Austrália, que concorda com a retirada das suas tropas do Timor português, desde que estas sejam concentradas na fronteira.

No entanto, com a chegada de Churchill que se encontrava nos E.U.A, a polémica reacende-se e Londres passa a endurecer a sua posição. As cedências a Portugal consideram-se despropositadas e o objectivo primeiro prende-se com a canalização de esforços para Singapura e na "barreira" Malaia, de modo a conter a ofensiva japonesa. Posição que é igualmente partilhada peloa americanos. Para ambos, é a evolução da situação no Extremo Oriente que determina a retirada ou não das tropas aliadas de Timor.

A 15 de Fevereiro Singapura cai e a 19 dá-se o desembarque dos japoneses em Timor, que pouca resistência encontram. Os australianos, no cumprimento dos planos, retiram para o interior. As forças portuguesas que se encontravam a caminho da ilha recebem ordem para voltar a Moçambique, face à ameaça japonesa. Um novo capítulo se abre na crise de Timor.

O Japão rapidamente passa de uma atitude aberta e colaborante para uma atitude agressiva. Esta mudança tem a ver com o apoio que alguns portugueses e nativos dão aos guerrilheiros australianos, quando Lisboa aconselhava moderação e a satisfação de pedidos japoneses não relacionados com operações militares.

A partir de Maio as relações entre Portugal e o Japão deterioram-se ainda mais. Reforçam-se as acusações de colaboração com a guerrilha como pretexto para minar a administração portuguesa. O objectivo é integrar Timor "num qualquer estado satélite a constituir futuramente"(7).

Em Outubro a administração portuguesa é teórica e em meados de Dezembro a guerrilha australiana resume-se a pequenos grupos que entretanto tinham chegado como reforços.

Lisboa limita-se a protestos formais pelas irregularidedes cometidas, pois não dispõe de meios de pressão para influenciar o Japão e está dependente dos aliados em termos militares. A manutenção de Macau também é uma prioridade, daí nunca ter avançado para posições mais drásticas, como um eventual

corte de relações ou uma declaração de guerra.

Medidas que para Salazar poderiam implicar uma reacção do eixo e o envolvimento de Portugal na guerra. Tudo aconselhava à moderação.

Chega-se a 1943 e os contactos diplomáticos continuam a evidenciar que o Japão não pretende restaurar a soberania portuguesa.

Em meados desse ano, o pedido inglês de bases nos Açores surge como uma possível alterativa para o problema de Timor. Portugal aceita o pedido para incluir uma observação sobre a sua colónia: a participação de forças portuguesas numa eventual campanha para a sua libertação. Trata-se de uma forma hábil da diplomacia portuguesa para tentar garantir a recuperação de Timor.

As bases nos Açores são cedidas, mas a participação de Portugal numa campanha de libertação da ilha é assunto que é arrastado até ao final do ano. Com efeito, só a 22 de Dezembro a Inglaterra propõe aos E.U.A. que se aceitem conversações de Estado-Maior. Conversações que só começam a 18 de Setembro de 1944, quase um ano depois da proposta inglesa, e que não passam de um mero exercício académico.

Operação planeada contra Timor é coisa que não existe e a participação de efectivos portugueses num eventual assalto à ilha é considerada desnecessária.

Portugal responde que continua com os contactos com os japoneses, no sentido de se negociar a sua retirada de Timor. A resposta leva a Inglaterra a não pôr de parte as pretensões portuguesas.

Os americanos continuam a insistir que a questão de Santa Maria deve ser resolvida sem qualquer compromisso formal relacionado com a participação portuguesa em qualquer expedição; participação que do ponto de vista militar e político só criaria problemas.

Com o desembarque dos Aliados nas Filipinas, Timor perde a importância estratégica que ganhara no início do conflito. Este facto leva Londres a partilhar a recusa americana numa operação conjunta com os portugueses.

Assinado o acordo de Santa Maria, Portugal não desiste de pressionar os Aliados e começa a concentrar forças em Moçambique. Desconhece, no entanto, a inexistência de uma operação prevista

para Timor.

Em Fevereiro de 1945, nova insistência que, "auxiliada" pela continuidade dos contactos com o Japão, obriga o F.O. a ponderar a partida da expedição portuguesa para a Austrália. O pedido é feito.

Não nos podemos esquecer que politicamente uma intervenção portuguesa na guerra interessa à Inglaterra, como forma de moderar as ambições australianas e de introduzir mais uma potência colonial na mesa das negociações no Pacífico.

O não australiano força os ingleses a reter a partida dos navios que se encontravam em Moçambique.

A 11 e a 25 de Setembro de 1945, os australianos recebem a rendição das forças nipónicas estacionadas em Timor, sem que isso significasse a reocupação da ilha.

Em Agosto, os australianos haviam defendido a necessidade dessa reocupação como forma de evitar uma futura ameaça para o seu Continente.

Londres, como era de esperar, reage negativamente à posição australiana, concordando com a rendição militar às suas forças, mas defendendo que a administração do território devia ser deixada aos portugueses. A questão dos Açores e o respectivo envolvimento dos americanos é igualmente usada como meio para impedir os objectivos de Camberra.

Esta ainda tenta uma aproximação directa com Portugal, sem resultados práticos.

Com a intervenção americana, solicitada por Lisboa, a Austrália recua e aceita a posição portuguesa, que negava qualquer desembarque de tropas, mas concordava que uma delegação australiana recebesse a rendição militar dos japoneses.

Os americanos confirmavam, assim, o seu interesse na zona e as sua pretensões para negociar a permanência em Santa Maria no pós-guerra.

Entretanto, a 5 de Setembro, os japoneses "entregam" a administração do território a Portugal, passando na quase totalidade para o Timor Holandês.

2. SITUAÇÃO INTERNA

A presença portuguesa em Timor no início do conflito reduzia-se aos funcionários administrativos e aos deportados políticos.

As diferenças de opinião entre a comunidade portuguesa não tardarão a fazer-se sentir. Os deportados políticos são claramente a favor dos aliados estabelecendo excelentes relações com os australianos. Aliás, o comportamento dos ocupantes australianos é posto em confronto com o dos japoneses expressivamente por Carlos Brandão, deportado na altura em Timor.

Enquanto os australianos compram e pagam todos os abastecimentos que necessitam aos indígenas, os japoneses apoderam-se de tudo pela força. Veja-se o caso dos comerciantes chineses cujas lojas são saqueadas.

Alguns destes portugueses vão juntar-se aos guerrilheiros australianos e serão posteriormente evacuados para a Austrália.

No meio, e pressionado de ambos os lados, o Governador Ferreira de Carvalho vai dividir as opiniões: de um lado, os que o acusam de ser pró-aliado, nomeadamente os japoneses e alguns escalões intermédios do funcionalismo; do outro, os que o acusam de ser pró-japonês.

A bibliografia existente mostra como estas clivagens vão actuar na dissolução da autoridade portuguesa.

Assim, os japoneses vão tentar destruir as ligações entre os poderes locais e a administração colonial fazendo uso de propaganda anti-branca e anti-europeia. Veja-se, por exemplo, as críticas ao atraso nas vias de comunicação ou os discursos como o referido pelo Padre Jorge Barros Duarte: "(...) há 300 anos que os brancos vos dominam e ainda não fizeram nada de proveitoso para vós. (...) Nós não viemos fazer guerra aos timorenses mas aos brancos". Com acções de guerra psicológica deste género tenta-se fazer passar a mensagem de que os japoneses são libertadores e não agressores.

Ao mesmo tempo, há uma permanente tentativa de inferiorizar a administração portuguesa, quer controlando os salvo-condutos, quer admitindo e substituindo as chefias tradicionais. Com a sua substituição promovem-se elementos "esquecidos" pela

administração colonial, linhagens concorrentes ou elementos derrotados nas sublevações de 1912.

O outro método usado, e mais expedito, foi o uso da força militar. A destruição de colheitas e a pressão militar foram igualmente usadas reduzindo a resistência das populações. Aliás, o relato de Callinan, comandante das forças de guerrilha australiana, refere a existência de uma rede de espionagem a favor dos japoneses, o que contraria a imagem - generalizada pela historiografia do Estado Novo - do comportamento dos timorenses neste período. Não há uma unanimidade no apoio aos portugueses por parte da população local.

Outro aspecto da situação vivida no interior da colónia prende-se com a existência de revoltas indígenas e com as chamadas colunas negras.

As revoltas indígenas, mais tarde atribuídas à influência japonesa, serão debeladas através do recurso a métodos tradicionais: o uso de forças indígenas comandadas por oficiais portugueses. Violentas, têm também a função simbólica de manter a autoridade portuguesa. Curiosamente essas revoltas vão localizar-se em áreas já afectadas por anteriores revoltas, sobretudo as de 1912.

A ideia veiculada depois do conflito de que estas revoltas foram instigadas pela ocupação japonesa, permitirá apagar e evitar a punição dos revoltosos. Depois da libertação haverá algumas manifestações "excessivas", em nosso entender, de patriotismo por parte de alguns régulos.

Terminamos com a questão da utilização das colunas negras. Inicialmente constituídas por indígenas recrutados no Timor Ocidental, vão provocar um permanente estado de violência atacando alguns chefes de postos e pilhando várias aldeias.

As tropas japonesas declaram que nada podem fazer, embora apoiem claramente estes guerrilheiros.

O número de efectivos e a sua verdadeira composição são elementos importantes para compreender como os indígenas se juntaram a uma ou a outra parte em conflito, mas tal só é possível com uma recolha exaustiva de fontes orais.

3. CONCLUSÃO

Acumulando erros ao longo de 1941, consequência de uma política externa pouco clara, a diplomacia portuguesa, depois da ocupação aliada, "recupera energias" e adopta uma atitude hábil face aos obstáculos encontrados, atitude que culmina na recuperação da sua colónia, Timor.

A situação interna vai evoluindo ao longo do conflito. Os indígenas vão dividir o seu apoio entre australianos e japoneses, aproveitando alguns para esboçar rebeliões contra a administração portuguesa. Esta vai perdendo progressivamente a autoridade no território, sobretudo com a concentração em Liquiçá de todos os europeus. A comunidade branca vai dividir-se e o governador vê-se praticamente isolado.

Cremos serem estas as problemáticas essenciais que melhor caracterizam o contexto internacional e a situação interna da colónia de Timor na Segunda Guerra Mundial.

NOTAS:

(1) Bretes, Maria da Graça - Timor entre invasores (1941-1945), Lisboa, Livros Horizonte, 1989, pg. 19.

(2) V. Telo, António - **Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)**, vol.I, Lisboa, Vega, 1991, cap. III, pg.43.

(3) Estas cedências são feitas depois de Salazar ter aceitado pedidos australianos, e quando a Inglaterra defendia uma postura conciliatória.

(4) Telo, António, **ob. cit.**, pg. 44.

(5) O ponto de vista inglês foi dado por Sir Orme Sargent (F.O.) a Armindo Monteiro, Embaixador português em Inglaterra.

(6) Telo, António, **ob. cit.**, pg. 49.

(7) Idem, **Ibidem**, pg. 59.